DEI, Marcello. *La scuola in Italia*; come era, come sarà l'istituzione che accompagna la crescita degli italiani. Bolonha: Il Mulino, 2000 (Coleção *Farsi un'idea*)

Este pequeno livro de divulgação descreve as mudanças introduzidas no sistema educacional italiano com a lei de 2 de fevereiro de 2000, *Riordino dei cicli scolastici*. Segundo a nova organização, a antiga escola maternal passa a ser chamada escola da infância, recebendo crianças de 3 a 6 anos de idade; a escola básica ou ciclo primário, com sete anos de duração, inclui os antigos níveis elementar e médio inferior, para alunos de 6 a 13 anos; a escola secundária de cinco anos, para alunos de 13 a 18 anos, compõe-se de dois anos mais três, sendo que essa segunda etapa subdivide-se em cinco orientações (*indirizzi*), a saber, humanística, científica, técnico-tecnológica, artística e musical.

A escola é obrigatória dos 6 aos 15 anos de idade, ou seja, até o final do segundo ano do secundário. A lei introduz o conceito de escolaridade "obrigatória formativa" para a idade de 15 a 18 anos, sendo que essa formação pode se dar na segunda etapa do secundário ou em cursos profissionalizantes.

O novo sistema vigora desde setembro de 2000, substituindo gradativamente o anterior. Assim, até que as turmas iniciantes percorram todas suas etapas, a organização anterior, herdeira da reforma Gentile de 1923, deve conviver com a nova.

O livro descreve e explica todos os aspectos do funcionamento do sistema educacional na Itália, incluindo sua organização geral, as diversas competências administrativas, o financiamento, os currículos, os indicadores de rendimento escolar, o recrutamento, a formação e a organização dos professores.

O capítulo sobre a escola secundária apresenta um interesse especial para o leitor brasileiro, mostrando como o sistema italiano tem procurado dar respostas para os desafios que se colocam para esse nível de ensino: superar a dualidade entre os ramos acadêmico e profissionalizante, de forma que garanta uma formação geral para todos e ao mesmo tempo possibilite uma diversificação em direção a diferentes campos profissionais e/ou estudos superiores.

Nos capítulos finais, o autor resume os principais dados sobre o nível de escolaridade da população, mostrando como evoluiu no tempo e como se diferencia regionalmente. São apresentadas, também, algumas comparações internacionais.

O livro adota um estilo sintético e informativo. Não atende ao leitor que procura uma análise mais crítica e aprofundada das reformas italianas, mas é útil para quem busca informações atualizadas sobre as mudanças legais e institucionais que estão ocorrendo na educação naquele país.

Maria Malta Campos
Fundação Carlos Chagas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo